



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA

PRESIDÊNCIA

DA REPÚBLICA

Discurso proferido no almoço oferecido ao Presidente da República quando da inauguração do último pavilhão dos "Estabelecimentos Mallet", em São Francisco Xavier, Distrito Federal.

— 31 de dezembro —

MEUAS camaradas: — Venho terminar êste ano de 1947, nos Estabelecimentos Mallet, entregando os seus últimos pavilhões ao serviço do Exército.

Esta obra conclui uma série de realizações iniciadas durante a minha atividade exclusivamente militar, fase de que me recordo sempre com especial satisfação. Rememorando minha carreira profissional, diz-me a consciência tê-la dedicado à minha classe, num trabalho sem pausa.

A nossa presença, aqui, neste momento, traz-me ao pensamento o tempo em que todo o serviço de Intendência se limitava à ação do *Tenente-Quartel-Mestre* e do *Oficial-do-Rancho*, nada existindo nos escalões superiores.

O Governo Hermes criou o quadro dos Intendentes e esboçou os órgãos de alguns serviços, reestruturados e desenvolvidos com o impulso decorrente da colaboração da Missão Militar Francesa. Tomara a Intendência da Guerra, nos regulamentos, a feição que ainda hoje apresenta, apenas com as correções ditadas pela experiência, inclusive a criação de órgãos especializados de Fundo, Subsistência e Material. Sua organização satisfaz, sem dúvida e inteiramente, às necessidades do Exército. Nêle, nenhum serviço atende melhor às suas finalidades.

Aos que vêm de longe, e viveram essa transformação, e a sentiram com os olhos, não se pode recusar a legitimidade de um sentimento de ufania com a conclusão dêstes

Estabelecimentos Mallet, nome com que se presta homenagem a um dos Ministros da Guerra que mais trabalharam em proveito da Defesa Nacional.

Ao agradecer a vossa cativante homenagem, é meu intuito assinalar, perante os chefes do Exército aqui reunidos, quanto me apraz ver tornada completa realidade uma aspiração que animou sempre a vida militar e a que, como Ministro da Guerra, dei o melhor do meu esforço.

Congratulo-me, portanto, com os meus camaradas e, em particular, com o General Scarcela Portela — a quem a Fôrça Expedicionária tanto deveu — pela obra realizada, relembrando, ao fazê-lo, o saudoso General Sousa Doca e outros batalhadores já desaparecidos, pois a Intendência do Exército e as suas instalações de hoje são o resultado de labôres comuns.

Se o Exército resume as atividades da Nação, nos seus variados aspectos, os serviços da Intendência representam uma recapitulação abreviada das necessidades do cidadão. Através dêles, acompanha-se a vida econômica e financeira do País. É ali observado o custo da vida. A execução orçamentária não lhes pode ser estranha. Os mercados de materiais e o nível dos salários encontram na Intendência análise e estimativa. A produção a ela interessa de modo fundamental, como também o consumo regional e os fenômenos de circulação. Nada lhe escapa, ou lhe deve escapar, para a sua boa orientação.

É justo, portanto, que aproveitemos êste ensejo para repassar as dificuldades vencidas pela Nação em 1947, procurando antever os tropeços que o ano próximo nos oferecerá.

Os expirantes trezentos e sessenta e cinco dias tiveram as características de um ano difícil.

Nem todos se advertem dos obstáculos encontrados e de quanta compreensão e serenidade teve de revestir-se o Governo para atingir os objetivos visados, em consonância com os anseios da Nação.

Os ataques injustos, as interpretações de má-fé e o ânimo determinado de destruir — inspirados de dentro e de fora das nossas fronteiras — não demoveram os governantes da linha correta de execução da Constituição, na defesa da Pátria, da Lei e da Ordem.

Foi dito, e com muita verdade, que “todo mundo quer que os governos sejam justos; e poucos o são com os governos”.

No setor econômico, o fato essencial de 1947 foi a contenção do surto inflacionista que o País vinha sofrendo nestes últimos anos. A muitos técnicos se afigurava impossível deter o derrame de papel-moeda, responsável pelas nossas grandes dificuldades, ainda não inteiramente vencidas.

Impunha-se, pois, como medida precípua, a sua paralisação. E isso o Governo tem conseguido: pela absorção de parte das receitas da exportação, mediante aquisição compulsória de letras do Tesouro; pela disciplina do crédito bancário, pela compressão das despesas públicas; e, indiretamente, pela própria importação. Não caímos no erro da deflação, mas estamos prontos a admitir que tenhamos acentuado certas restrições, seja pela falta de um Banco Central, que permita discriminar melhor a política de crédito, seja pela grave situação decorrente da inconvertibilidade das moedas européias, que dificulta consideravelmente o financiamento da produção nacional de mercadorias exportáveis para a Europa, para a Ásia, e, de certo modo, para a própria América do Sul.

Detida a inflação, e se fôr assegurado, em moeda arbitrável, o financiamento da exportação brasileira, para aqueles Continentes, desaparecerá o desequilíbrio do nosso comércio exterior.

No que diz respeito, porém, à Europa, só alcançaremos os benefícios de uma melhoria, na caótica e intranquilizadora situação por que passa, num plano de recuperação do comércio internacional.

Isto, porém, não depende somente de nós, pois representa um problema de raízes universais.

A cessação da desvalorização interna do cruzeiro, a par do decréscimo do valor interno de outras moedas, dentre as quais o dólar, permite à nossa alcançar, no comércio internacional, uma relação de poder de compra mais equilibrada.

A corrente de importação que se registrou no ano de 1947 não decorreu, exclusivamente, do acúmulo inevitável de importações não realizadas nos anos anteriores. No ano de 1946, presenciou-se um forte aumento de preço dos produtos de exportação, conjugado com o aumento ponderável de salários e vencimentos, inclusive o do funcionalismo público, com a agravante da falta de correspondência de acréscimo de receitas tributárias adequadas. Essa massa de poder de compra em cruzeiros, aliada à relativa estabilidade de preços, que ainda perdurava nos Estados-Unidos, não é estranha ao incentivo à compra de tantos produtos estrangeiros, que registra, em 1947, a estatística de importação.

Não nos iludamos, porém, com certas facilidades que ora passamos a presenciar. Há fragilidades em nosso intercâmbio, contra as quais não podemos deixar de nos precaver. Os recursos da nossa exportação são insuficientes.

Ou procuramos outras fontes de exportação, ou havemos de substituir os novos acréscimos de compras com produção nacional, evitando, dêsse modo, o aumento crescente da importação.

Não é possível escolher, com exclusividade, um ou outro caminho.

Não há dúvida, porém, sôbre a conveniência e urgência de dotar o País de meios para incrementar a produção, através do reaparelhamento dos transportes, do aumento da produção de energia e da exploração do petróleo, cuidando simultâneamente da saúde e da alimentação do homem brasileiro.

Saúde, alimentação, transporte, energia e petróleo são as balizas que devem orientar o nosso esforço de recuperação.

Se não sobrevierem fatores de perturbação, e se fôr mantida a mesma linha firme, o Brasil vencerá as dificuldades que o salteiam, porque já se tornam evidentes os primeiros sinais de estabilidade financeira do País.

Qualquer desvio, porém, na política de disciplina e regeneração, determinará certamente a recaída funesta e descoroçadora, que aniquila a confiança e sepulta as esperanças de saneamento financeiro. É sob a influência dêsses justificados temores que todos temos de nos pôr em guarda, mesmo em face das mais justas iniciativas que importem aumento da despesa pública, circunscrevendo-as ao setor reprodutivo.

Isso não quer dizer que não devemos examinar a situação dos que vivem de salários e vencimentos. Mas é de fundamental importância que tenhamos presente não ser possível, sem novos aumentos de impostos, conceder aos servidores públicos um quinhão de melhoria nas aflições da vida

cotidiana, a ser tirado das derradeiras disponibilidades do Erário Público. Não me descuidei do aspecto humano do problema e entendi de reexaminar algumas ampliações às medidas, já propostas pelo Governo, de amparo social aos servidores civis e militares da União, sem prejuízo do equilíbrio orçamentário, que é o nosso primeiro dever para com a Nação.

Esta é a linguagem clara, sem subterfúgios, inspirada na sinceridade e que não conduz a facilidades nem semeia ilusões.

Trabalhar e economizar é uma regra simplista, mas verdadeira, que tanto se aplica aos particulares como à gestão do Tesouro comum.

A hora é, sem dúvida, de sacrifícios. Os males que nos fazem sofrer caem sobre os flancos dos povos fracos, como sobre as cabeças orgulhosas das nações outrora todo-poderosas. O nosso dever de brasileiros é cerrar fileiras em torno dos interesses fundamentais da nacionalidade. Na primeira Mensagem anual, dirigida ao Congresso Nacional, dei contas da situação de descabro encontrada e dos velhos e dos novos problemas que se nos deparavam e continuam a ameaçar-nos. Pedi a colaboração de todos. Promovi o apaziguamento na esfera política. A todos convoquei para uma obra impessoal, superior à contingência dos homens, dos partidos e das facções. O Governo não prometeu milagres, mas devoção ao trabalho, constância, zelo e vigilância, nesta conjuntura da nossa História.

E assim tem o Governo cumprido o seu dever.